

Universidade e o Pensamento Científico-Cultural

Marcionilo de Barros Lins

Não é de hoje que os grandes mestres da educação brasileira estão preocupados com os rumos das nossas universidades. Desde a década de 60, Anísio Teixeira, inesquecível pensador do nosso processo educacional, questionava sobre os caminhos de nossas universidades e as premissas defeituosas sobre as quais a Universidade Brasileira se expandiu. Relata, com muita clareza, no seu livro, a angústia vivida pela sociedade, para termos uma universidade capacitada para traçar definitivamente o nosso pensamento cultural e apoiar o desenvolvimento científico e sócio-econômico. Sabemos que, infelizmente, o começo de nossas universidades foi o mais frágil que se podia imaginar. Todas começaram com professores de tempo parcial e reunião de escolas profissionais. O único compromisso de uma universidade de tal estrutura é simplesmente ministrar aulas, na grande maioria das vezes aulas magistrais e, finda a aula, todos para casa, mestres e alunos. Será que isto é de fato uma universidade? Será que este tipo de universidade formará, realmente, os recursos humanos necessários à geração de um pensamento científico-cultural? As universidades se descaracterizaram como "Casa do Saber", surgindo, então, um outro tipo de universidade, comprometida com formação pura e simples de pessoal para diversos ramos de atividade profissional, com preparo bastante duvidoso. Como afirmavam Anísio Teixeira e vários outros estudiosos sobre o assunto, as universidades se

firmaram como um conjunto de "escolas" reunidas com uma reitoria distribuindo verbas para pagamento dos docentes e sua manutenção. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional procurando, em parte, melhor traduzir o que pretendíamos da Universidade, passou a exigir que, para haver uma universidade, era necessário ter uma Faculdade de Filosofia, influência, sem dúvida, do modelo europeu, pois, não pode haver universidade sem um centro propagador do conhecimento científico. As nossas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que foram institucionalizadas com este pomposo nome, jamais cumpriram sua missão como centro irradiador do saber e da integração universitária ao contrário, na sua grande maioria, se tornaram uma "escola profissional" a mais e, como faculdade profissionais, passaram a formar professores para o ensino médio. A meu ver, nem isto desempenharam bem, resultando daí um ensino médio de péssima qualidade. Repetiram os erros das demais escolas de tempo parcial, sem compromisso com a universidade, meras repetidoras de aulas. Claro que houve exceção e a mais marcante é a da USP (Universidade de São Paulo), cuja Faculdade de Filosofia, devido à influência dos mestres europeus que foram contratados na época. Quem esquece, por exemplo, em Química, a influência de Rheinboldt e de Hauptmann, que criaram escolas notáveis, ainda hoje representativas cientificamente no cenário nacional e internacional, em São Paulo. Quem pode esquecer a escola humanística paulista? Os professores trabalhavam em tempo integral e dedicação exclusiva, portanto, à semelhança das universidades dos demais países, exerciam atividades criadoras. A pesquisa, no conceito da Universidade de Humboldt, é essencial à atividade docente, verdadeiro pré-requisito. Muitos argumentariam, como fazer pesquisa? Respondo, basta uma boa cabeça. Pesquisa não se faz unicamente com equipamentos modernos, ultra-sofisticados, se faz também com equipamentos outros e que funcionam muito bem. O necessário é a postura do professor, sua atitude

e sua convicção de que a atividade de pesquisa é indispensável à formação do pensamento cultural e científico. A leitura dos artigos de Anísio Teixeira, na sua quase totalidade publicados na Folha de São Paulo, ilustram, sobretudo, como havia uma posição firmada e um conceito estabelecido, que as universidades precisariam mudar. É o que queremos ainda hoje, que ela represente o local do saber, de onde deverão emanar as bases definitivas do nosso conhecimento científico e o pensamento cultural. Partimos de um modelo de escolas profissionais sem professor de tempo integral, incluímos como profissionais as "Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras", modelo europeu, próximo ao usado na França, e ainda sentíamos que faltava o principal, faltava a verdadeira universidade. O amadurecimento de um pensamento universitário é lento, precisa ser detectado no momento certo e, infelizmente, no Brasil tudo é feito depressa, sem uma fria reflexão e procurando sempre imitar ou copiar A ou B. Para sairmos do que temos para uma universidade verdadeira, pelo menos duas premissas básicas teriam que ser bem debatidas e estudadas em profundidade: 1) Que tipo de resposta pretendíamos das universidades para a comunidade se beneficiar e, portanto, o país sentir os efeitos de sua criação: 2) Qual o compromisso a exigir dos professores e dos administradores de uma universidade? Como remunerá-los bem a fim de que dediquem todo tempo à universidade como um compromisso definitivo a serviço da comunidade.

Se tivéssemos partido destas duas premissas teríamos evitado vários erros ou omissões, mas, as duas premissas citadas indicam claramente que teríamos que ter pensado antes de tudo na qualidade do material humano a ser recrutado e tomar como ponto básico de ação a formação de novos recursos humanos para atingirmos uma massa crítica ponderável. O nosso grande e primeiro equívoco antecedeu a reforma universitária e não tenho dúvidas em afirmar que erramos porque pensa-

mos muito mais no material e no físico, isto é, nos prédios, aparências e vários outros supérfluos, quando deveríamos ter pensado no tipo de universidade reclamada, pelo estágio cultural e desenvolvimentista do País. Se tivéssemos pensado na qualidade do material humano a ser recrutado e no aprimoramento crescente desse material, a nossa história, tenho certeza, hoje seria diferente. Por outro lado, não houve uma política de implantação das universidades oficiais nem mesmo particulares e, sim, decisões esparsas ditadas pelo prestígio ora de uma "unidade da federação", ora pelo prestígio pessoal dos governantes. Resumindo, não foi estudado e discutido em profundidade, mas muito superficialmente, não se buscou alternativas se melhor seria que os "estados" implantassem o "sistema universitário" dentro dos critérios de cada um, e o governo central seria o grande incentivador e mesmo o forte financiador, como é atualmente, para dar maior estabilidade às instituições universitárias, ou mesmo escolas superiores isoladas, não se discutiu em cada "Estado" a necessidade de interiorização, com grandes repercussões no processo da evolução industrial, resultando a grande maioria dos Estados com várias universidades oficiais concentradas nas capitais, servindo, inclusive, de alimentação ao fluxo migratório, com o aumento crescente da super-população dos grandes centros urbanos. Mais uma vez, sempre apressados e, mediante processo de cópia e imitação, ganhamos em quantidade e perdemos em qualidade. A constituição de uma universidade deveria partir de estudos sérios da problemática educacional e do futuro do País. A agregação de outras escolas ou faculdades profissionais existentes seria estudada com vistas a cada caso e a estrutura sócio-econômica da região, pois, a simples agregação, por decreto, tumultua o processo e deforma a universidade. Era preciso pensar na melhor oportunidade para se instalar uma universidade e nunca instalar por obrigação legal, proibindo-se, quase, a existência das escolas profissionais isoladas. Daí, hoje existirem tantas perguntas sem

resposta. Será que nosso ensino superior melhorou com a criação desenfreada de universidades? E o ensino agrícola melhorou com a criação de várias universidades rurais? Não sei francamente o que responder. Será que o ensino de ciências, realmente, está em nível de uma universidade? Nossa produção científica corresponde ao número de docentes das universidades? No entanto, os reclamos nacionais são indicadores de que é preciso uma análise profunda para evitar novos erros. Outro aspecto que desejaria ressaltar é a hora certa das decisões políticas e ações do governo. A educação somente pode ser estudada de modo integrado, isto é, 1.º grau, 2.º grau e superior, ou 3.º grau, isto é, uma trindade que se comunica e mantém íntima dependência entre si. Não se pode ter uma excelência em ensino superior com o ensino médio fraco, pois isto se refletirá, fatalmente, no ensino universitário. Mas, uma pergunta da mais alta reflexão é como evitar o aumento de matrículas nas universidades, hoje, inchadas de alunos? Como adequar as estruturas vigentes para o futuro ano 2.000. Pessoalmente, distingo duas fases no processo evolutivo das nossas universidades; a anterior à Universidade de Brasília e a posterior à UNB. Sem dúvida alguma, a Universidade de Brasília, inspirada no conceito de uma universidade moderna, como pensavam Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, nos trouxe um modelo totalmente diferente do existente. Situada em o novo Distrito Federal ela nascia como universidade e dela partiram as normas e a estrutura mais flexível. Houve tempo de refletir e discutir o modelo. Nada tinha, portanto, a encampar, ou seja, nada pré-existente. Podia começar com um centro do saber no conceito Humboldtiano. Começou visando recrutar os recursos humanos de excelência, partindo do pressuposto da necessidade de oferecer um novo modelo, concebido como centro de irradiação do saber científico cultural. O modelo de Brasília, sem dúvida, influenciou os pensadores educacionais da reforma atual, Lei 5540 e outros decretos, mas, na realidade, as universidades federais já

existentes, pouco assimilaram da nova proposta. Talvez porque foi colocada de certa maneira como imposição, o melhor teria sido fixar as normas gerais e deixar cada uma, dentro de sua característica local, escolher o modelo a seguir.

Antes mesmo da reforma ser promulgada, as universidades já se auto-analisavam e algumas, timidamente, tentavam mudanças. A Universidade Federal de Minas Gerais, na gestão do Reitor Aluísio Pimenta, criou e instalou "Institutos Básicos", e reestruturou suas escolas e faculdades. A UFPE tentou mudar e chegou a criar vários institutos, mas, o modelo de "Brasília" tinha características bastante inovadoras, integrando no vertical e no horizontal. Era a primeira reação oficial à **Cátedra**, ou melhor, à figura do catedrático no poder onipotente. Trazia no bojo da universidade os chamados Institutos Centrais, local onde se ministram os cursos básicos e em certos casos o ulterior ao básico. Além disso, para as grandes áreas diferenciadas, os centros, como os de Ciências da Saúde, e de Tecnologia e o de Ciências Sociais Aplicadas. Com isto, teríamos a predominância dos cursos sobre as faculdades e escolas, o que quer dizer não haveria mais cursos de uma única faculdade, mas, sempre um conjunto de unidades, especificando-se, apenas, alguns segmentos dos centros profissionais. Os professores não eram vitalícios e, sim, celetistas, funcionários de uma fundação, ao contrário das universidades públicas existentes, que eram autarquias, com quadros estáveis. Introduzimos, com Brasília, dois tipos de universidades públicas, o modelo autárquico clássico do governo, com salários e demais itens orçamentários, dentro das regras do DASP e as Fundações com maior liberdade no uso das rubricas orçamentárias. O sistema CLT, permitindo melhores salários, embora não garantida total estabilidade. Infelizmente, "Brasília" não conseguiu se firmar ainda como grande centro nacional de estudos avançados, ou pós-graduados, dado à grande influên-

cia política da capital federal com constantes crises acadêmico-administrativas.

O modelo único, para as Universidades Federais, não é o ideal. Pode ser o mais econômico do ponto de vista do DASP. O ideal seria termos mais de um modelo, até mesmo no que diz respeito à absorção de pessoal. O sistema clássico CLT, sem garantia de estabilidade e um sistema com estabilidade assegurada, por exemplo. As universidades fixariam o percentual dos celetistas e dos efetivos, bem como os mecanismos de absorção e os quantitativos de salários. O sistema CLT comum seria a maneira fácil de mantermos atualizado o quadro, as emergências e, sobretudo, a absorção rápida dos mais dotados e especialistas. Seria um agente provocador de estímulo ao próprio sistema de efetivos ou estáveis. Por outro lado, a qualidade do pessoal docente a ser escolhido no sistema CLT seria sempre seletiva, através de concurso de títulos e provas, e o caminho para efetivação seria longo, bem avaliado e gradualista, em função da produtividade.

Antes da reforma, a pedra de toque da estrutura era a Cátedra, hoje é o Departamento. Não há dúvida que o sistema departamental é melhor e mais amplo que o sistema fechado de cadeiras isoladas, que culminaram com uma estrutura de poder nas mãos de uma minoria. Mas, departamento não significa a perda da hierarquia acadêmica. Aqui está outro grande equívoco da maioria das nossas universidades. Os nossos departamentos, criados para ampliar a integração universitária, aumentaram a desintegração. Na maioria dos casos foram dominados por grupos incompetentes que se tornaram mais poderosos que as antigas cátedras. O desenvolvimento horizontal das áreas de conhecimento tornaram praticamente impossível o domínio total das áreas por um único professor. Exigem-se conhecimentos verticais profundos. Tomemos como exemplo a Física. Há centenas de enfoques para aprofundar novos conhecimentos, como

Física do Estado Sólido, Atomística, etc... Então, o departamento integra internamente, áreas no sentido horizontal e vertical. O departamento procura com a integração destas áreas no sentido horizontal, a compatibilização dos planos de pesquisa e ensino. Para melhor exemplificar, no antigo sistema de cátedras tínhamos várias cátedras isoladas de Física, talvez com o mesmo título Física I, Física II, etc., formando um sistema isolado, independente e muito caro. O departamento visa integrar o grupo de pesquisa-ensino num só lugar, com diversas especialidades, com economia de equipamento, biblioteca, etc... O que não se definiu até hoje, na maioria das universidades, foram as estruturas internas dos departamentos com respeito às diversas atividades e à distribuição dos cargos de titular, adjunto, assistente e auxiliares. Por outro lado, o sistema de rodízio, com mandatos curtos de dois ou três anos, para as chefias, vem contribuindo para o aumento da instabilidade, do atraso dos programas de ensino e pesquisa, com a constante mudança de orientação dos mesmos, aumentando a atividade política interna. Cuida-se mais de eleição para chefia que do programa de ensino e pesquisa. É importante salientar que adotamos o sistema departamental ao invés de cátedras. Urge estudar, em profundidade, o nosso sistema departamental. Em primeiro lugar, fixar a distribuição de cargos de professores nos diversos departamentos. As pré-qualificações de pessoal para serem escolhidos; em segundo lugar, a escolha da chefia deverá ser mediante uma seleção nacional ampla. Portanto, se há um departamento vago no Recife, por que o novo chefe não poderá vir de outra universidade? Em certos casos, até mesmo de universidades estrangeiras, o que seria raro, é lógico, mas isto aumentaria muito a integração dos valores nacionais. A seleção por uma comissão de cinco membros, sendo três estranhos ao departamento e especialistas, seria designada pelo Conselho Universitário ou pelo Conselho de Ensino e Pesquisa. Os mandatos dos chefes seriam, então, longos, cerca de seis ou mesmo oito anos,

com recondução, ou mandatos sem prazo, podendo o chefe pedir seu afastamento a qualquer tempo ou ser afastado pelo Pleno ou pelo Conselho Universitário, de acordo com as normas regimentais existentes e, definir com clareza e vigor, a qualidade para as chefias, prefixando, em edital, as condições de inscrição. Uma solução adequada para as chefias de departamento; pelo menos em grau de hierarquia, precisa ser imediatamente bem definido, a fim de que tenhamos, além da qualificação, maior estabilidade nos programas de pesquisa e ensino. Voltando a citar Anísio Teixeira, o mais importante é fixarmos tais estudos sobre o que pretendemos com os modelos universitários gerados até agora para, então, podermos, realmente, qualificar a universidade dentro do pensamento de uma casa de pesquisa e criadora do saber, capaz de afirmar a nossa expressão cultural. A universidade deste tipo, como historicamente nos mostraram, no passado, as nossas "Escolas Médicas", exigem reduzido número de matrículas e excelência docente e discente. Com o crescimento da população estudantil e poucos recursos humanos, fatalmente teremos pior ensino, face o aniquilamento da pesquisa. O que está aí não é fácil corrigir. Temos que analisar com frieza, pensar e refletir sobre as principais vias de saída. Uma das metas realmente significativa do período atual foi, sem dúvida, a institucionalização da pós-graduação, com o brilhante parecer de Newton Sucupira, outro grande pensador do nosso sistema educacional e este é o caminho certo para qualificação. O que visa o ensino pós-graduado senão a formação de quadros para pesquisa e a docência? Claro que é isto. Foi o que ocorreu nas várias Nações em todo o mundo, que conseguiram estabilizar seu pensamento universitário, mas nós, mais uma vez resolvemos expandir sem as necessárias medidas, a pós-graduação, a legislação inicial do Prof. Sucupira prevendo Centros Nacionais de pós-graduação, foram extintos antes de serem implantados e, hoje, estamos às voltas com a reavaliação da pós-graduação. É um grande equívoco pensar que vamos ter todas as universi-

dades ótimas. É impossível evitar segmentos que se destaquem, dentro das universidades, como centros de excelência. É o que acontece em todo o processo universitário na busca de melhor afirmação como instrumento real do saber. No meu entender, não é impossível desenvolvermos um bom sistema de pós-graduação no País, mas, que isto se processe dentro de um processo natural de evolução de um pensamento científico e nunca por decreto ou decisão apressada de quem quer que seja.

Baseado nas experiências existentes, sabemos que há, atualmente, cursos ótimos. Sabemos, perfeitamente, que a universidade que almejamos é a de fonte do saber, portanto, é a universidade onde o ensino há que ser de excelente qualidade, tendo como tema central, a pesquisa, portanto, esta universidade é incompatível com os docentes, discentes e o corpo técnico auxiliar em tempo parcial. A pós-graduação devia ser resultante de atividades de diferentes núcleos de pesquisa existentes e nunca implantada de cima para baixo. A universidade de tempo parcial é incompatível com tal atividade. A pós-graduação não é terminal, a não ser aparentemente. Ninguém deve parar porque conseguiu o doutoramento; ao contrário, aí é que é necessário trabalhar ativamente na busca de consolidação do saber e só assim formaremos massa crítica de gente capacitada.

A universidade que se pretende atingir não é aquela que forma profissionais, mas a que além disso forma os quadros de pesquisadores, estimula e consagra uma ação de pesquisa como elemento fundamental, visando consolidar um conhecimento básico capaz de inovar e criar e, sobretudo, definir um pensamento científico-cultural. Universidades deste porte seriam destaque nos centros nacionais onde estiverem inseridas e seriam portadoras de pensamento próprio, buscando a independência cultural de nossa pátria. A qualidade há de ser preservada para mestres e estudantes, então, o processo de seleção dos estudantes deverá ser muito bem feito, a fim

de evitar exatamente que galguem as universidades estudantes cujo nível de ensino esteja aquém do nível desejado pela universidade.

REFERÊNCIAS

- 1 — Newton Sucupira — **Reflexões sobre a idéia de universidade em sua condição atual** — Salvador (1973).
- 2 — Anísio Teixeira — **Educação no Brasil** — Cia. Editora Nacional MEC (1976).
- 3 — Della Santa T. — **Situação da pós-graduação** — MEC CAPES (1979).
- 4 — **Educação, Pesquisa e Desenvolvimento** — Visão Brasileira Editada por Pedro Goergeu (CAPES 1979).
- 5 — Alfredo Gostal — **A Universidade e o Desenvolvimento Social** — Educação Brasileira — Rev. Conselho de Reitores Universidades Brasileiras (2.º Semestre 1983) Ano 5 - N.º 11.
- 6 — George Browne Rego — **A Evolução do Ensino Brasileiro (Com Ênfase 1.º Grau)** — Lei 4024/61 — 5692/71. Secretaria da Educação de Pernambuco — Divisão de Avaliação e Pesquisa (Recife 1982).